



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 04.125/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Seguridade Social do Município de Patos, **Sr. Ariano da Silva Medeiros**, concedendo Pensão por morte da servidora **Sra. Maria Rilva da Silva Araújo**, matrícula nº 783-1, Professora, lotada na Secretaria Municipal da Educação, tendo como beneficiário o **Sr. João Mendes de Araújo**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão ao **Sr. João Mendes de Araújo**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC n° 04.125/18

Objeto: Pensão

Beneficiário: **João Mendes de Araújo**

Servidor (a): *Maria Rilva da Silva Araújo*

Órgão: **Instituto de Seguridade Social do Município de Patos**

Gestor Responsável: **Ariano da Silva Medeiros**

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC n° 0689/2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC n° 04.125/18**, referente à concessão de Pensão por morte da servidora *Sra. Maria Rilva da Silva Araújo*, matrícula n° 783-1, Professora, lotada na Secretaria Municipal da Educação, tendo como beneficiário o **Sr. João Mendes de Araújo**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria n° 002/2018], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 28 de maio de 2020.

Assinado 28 de Maio de 2020 às 11:40



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 28 de Maio de 2020 às 12:18



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO